

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PE_022-2026

1 OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO CONTINUADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESPACHO ADUANEIRO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, COMO FRETE INTERNACIONAL E NACIONAL, ATUAÇÃO DE AGENTE DE CARGA, PAGAMENTO DE TAXAS, SEGUROS, IMPOSTOS, ARMAZENAGEM E DEMAIS ENCARGOS LEGAIS, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Lote	Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Tipo	
1	1	58190	Cód.GMS: 201.26514 Cód. CATMAT: 3921 Unid. Padrão: UNIDADE CUSTOS ESTIMADOS DE TAXAS ACESSÓRIAS, INCLUINDO: FRETE INTERNACIONAL, FRETE INTERNO, SERVIÇOS DE AGENTES DE CARGA (NACIONAIS E INTERNACIONAIS), SEGUROS, TAXAS DE ARMAZENAMENTO, SISCOMEX, FORNECIMENTO DE CATÁLOGOS DE PRODUTOS, CUSTOS DE ÓRGÃOS ANUENTES, CAPATAZIA, REPOSIÇÃO DE GELO SECO, EMBALAGEM, PALETIZAÇÃO, FUMIGAÇÃO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA O COMPLETO DESEMBARAÇO E ENTREGA DA MERCADORIA EM PERFEITAS CONDIÇÕES AO DESTINATÁRIO.	1	1.000.000,00	1.000.000,00	Ampla	
	<i>O valor (R\$) dos custos estimados de taxas acessórias não faz parte da disputa – VALOR FIXO E INALTERÁVEL.</i>							
	2	16315	Cód.GMS: 201.26514 Cód. CATMAT: 3921 Unid. Padrão: UNIDADE SERVIÇO DE DESPACHO E DESEMBARAÇO ADUANEIRO COMPOSTO POR HONORÁRIOS E TAXA SINDICAL * Serviço especializado e completo para o despacho aduaneiro e desembaraço alfandegário de mercadorias, tanto importadas, inclusive aquelas recebidas em doação em caráter definitivo ou não, com ou sem cobertura cambial, e de mercadorias exportadas em caráter não definitivo (exportação temporária) a diversos países para fins de manutenção e calibração.	20	3.000,00	60.000,00		
VALOR DO LOTE					R\$ 1.060.000,00			

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**



1.1.1. O objeto da contratação possui natureza de serviço comum e será realizado em **LOTE ÚNICO, composto por 2 (dois) itens**. Apenas o **item 2 - Serviços de Despacho e Desembaraço Aduaneiro**, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência, **será passível de disputa por meio de lances**.

1.1.2. O **item 1 do lote único** contém custos estimados de taxas acessórias necessárias ao completo desembaraço e à entrega da mercadoria ao destinatário em perfeitas condições. **Não será passível de redução de valor e/ou apresentação de lances**, devendo constar na proposta, **o valor exato indicado no item 1.1 deste Termo de Referência, sem qualquer alteração**.

1.1.3 A presente contratação adotará como critério de julgamento o **MAIOR DESCONTO NO LOTE**.

1.1.4 O **contrato terá vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade máxima, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

1.1.5. Por se tratar de prestação de serviços a ser executada de forma contínua, o período de vigência previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, caso haja interesse das partes, devidamente justificado.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no **item 1.1** deste Termo de Referência.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Os itens objeto deste Termo de Referência possuem padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos itens poderão ser localizados em seus descritivos, constante da **Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência**.

1.4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1. Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA de acordo com as importações e exportações realizadas pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA praticar todos os atos necessários para o desembaraço das aquisições de materiais e/ou equipamentos, conforme forem se sucedendo.

1.4.2. Procedido o desembaraço aduaneiro, caberá à CONTRATADA tomar todas as providências que se fizerem necessárias para o armazenamento em armazém próprio outerceirizado do material até sua liberação para ser transportado via terrestre até o destino indicado pela CONTRATANTE, cujo frete será pago por esta e cobrado no destino.

1.4.3. O transporte de materiais da área de saúde deverá ser realizado por meio de transportadora/veículo que possua autorização da ANVISA, para transportar carga dessa espécie.

1.4.4. O transporte terrestre deverá ser efetuado com seguro e através de empresa apta a transportar, com veículos apropriados para cada tipo de produto importado.

1.4.5. Deverá acompanhar o material, fotocópia da respectiva D.I. - Declaração de Importação.

1.4.6. A armazenagem de material da área da saúde deverá ser realizada por meio de empresa que possua autorização da ANVISA, para o armazenamento dessa espécie.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A Universidade Estadual de Londrina (UEL) realiza, com frequência, a importação de insumos, equipamentos, materiais e publicações adquiridos no exterior, fundamentais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A fim de viabilizar e garantir o correto trâmite dessas operações, é necessária a contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro, bem como a prestação de serviços correlatos, como frete internacional e nacional, atuação de agente de carga, pagamento de taxas, seguros, impostos, armazenagem e demais encargos legais. Tais atividades exigem conhecimento técnico específico da legislação aduaneira e experiência operacional no uso de sistemas oficiais como o Siscomex, além da capacidade de interlocução com órgãos reguladores. A adequada execução desses serviços é essencial para evitar atrasos na liberação de mercadorias, penalidades fiscais, perdas financeiras e prejuízos à execução de projetos acadêmicos e científicos. Atualmente, a UEL conta com contrato vigente para esses serviços, o qual tem atendido às demandas institucionais. Contudo, considerando a iminente expiração do contrato e a impossibilidade de prorrogação, torna-se imprescindível a abertura de novo processo licitatório, a fim de assegurar a continuidade dos serviços sem interrupções, garantindo o pleno atendimento às necessidades da Universidade. A interrupção desses serviços representa risco direto à continuidade das

atividades acadêmicas e científicas, além de possíveis prejuízos financeiros e institucionais à UEL. Dessa forma, justifica-se a abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada, visando assegurar a continuidade operacional, o cumprimento das obrigações legais e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Serviços: Após a realização do levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é a contratação de empresa especializada em serviços de despacho e desembaraço aduaneiro, incluindo a representação junto à Receita Federal, uso de sistemas como o Siscomex e gestão de custos acessórios de importação. Essa opção é a mais adequada devido à complexidade técnica e legal dos processos aduaneiros. A terceirização garante maior eficiência, agilidade e segurança jurídica, além de minimizar riscos de erros e atrasos. Apesar de exigir acompanhamento e apresentar variação de preços, os benefícios superam as desvantagens. Alternativas como a contratação avulsa ou interna não oferecem o mesmo nível de especialização e representam maior risco. Assim, a solução escolhida assegura o cumprimento da legislação e o atendimento eficiente às necessidades da Universidade Estadual de Londrina.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 Os itens serão agrupados em lote único, por constituírem um conjunto de atividades interdependentes e complementares que demandam execução integrada por um único prestador de serviços. A contratação abrange, entre outras ações, o despacho e o desembaraço aduaneiro, a representação junto à Receita Federal do Brasil e demais órgãos anuentes, a tramitação por sistemas oficiais, como o Siscomex, bem como a gestão de documentos e de custos acessórios relacionados às operações de importação. A eventual fragmentação em lotes distintos comprometeria a coordenação dessas etapas, podendo acarretar incompatibilidades operacionais, sobreposição de responsabilidades, elevação de custos e riscos de atrasos. Ademais, a centralização dos serviços em um único fornecedor favorece a padronização dos procedimentos, o controle operacional, a comunicação eficiente e a obtenção de economia de escala. Dessa forma, a adoção de lote único mostra-se tecnicamente justificada, assegurando maior eficiência, segurança e efetividade na execução dos serviços essenciais às atividades da Universidade Estadual de Londrina.

5.2 A licitação será realizada em lote único, composto pelos itens descritos neste Termo de Referência, devendo as licitantes apresentar proposta para a totalidade dos itens que o integram. O item 1 (um) não poderá sofrer alteração de valor, sob pena de desclassificação da proposta. O agrupamento dos itens fundamenta-se no entendimento de que a contratação por uma única empresa é mais conveniente e vantajosa para a Administração, por proporcionar maior uniformidade na execução dos serviços e redução de riscos de conflitos quanto aos resultados.

5.2.1 O item 1 (um) refere-se exclusivamente a despesas estimativas relativas ao frete internacional e às taxas acessórias de importação, não sendo passível de redução ou modificação de valor.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade abaixo indicadas:

6.1.1 menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

6.1.2 maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

6.1.3 uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

6.1.4 origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados;

6.1.5 utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;

6.1.6 adoção de procedimentos adequados para o armazenamento, manuseio e descarte de embalagens, resíduos e materiais utilizados na execução contratual, observando rigorosamente a legislação ambiental vigente e os princípios da logística reversa;

6.1.7 comprovação de que a empresa contratada adota políticas ou práticas de gestão ambiental, sendo vedada a atuação de fornecedores que não possuam diretrizes mínimas voltadas à sustentabilidade ambiental;



6.1.8 inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental como requisito para seleção e manutenção da empresa contratada, visando à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução do objeto contratual.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O presente certame destina-se à ***AMPLA DISPUTA***, podendo participar todas as empresas interessadas que atuem no ramo do objeto pretendido, inclusive microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

7.2 Em razão da natureza do objeto e do valor global da contratação, não será adotada a reserva de cotas para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais (ME/EPP/MEI), nos termos da legislação vigente.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 a empresa contratada deverá atender integralmente às exigências legais relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente aplicável às contratações públicas.

9.1.3 a contratada deverá garantir a prestação eficiente e contínua dos serviços, com disponibilidade para atendimento de demandas sob chamada, dentro dos prazos operacionais exigidos para a liberação e entrega de mercadorias importadas, incluindo o gerenciamento e execução de todos os custos acessórios necessários à conclusão do processo de importação, como fretes, seguros, taxas e encargos diversos.

9.1.4 a entrega da mercadoria deverá ocorrer nas dependências da Universidade Estadual de Londrina (Campus Universitário), em perfeitas condições, com a documentação fiscal e aduaneira devidamente regularizada

9.2 a contratada deverá comprovar experiência na prestação de serviços de despacho e desembaraço aduaneiro, incluindo atuação junto a órgãos anuentes, utilização do sistema Siscomex e conhecimento atualizado da legislação aduaneira nacional. Será exigida a comprovação por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas.

9.3. O serviço deverá ser executado exclusivamente por despachante aduaneiro, credenciado junto à Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 1º na Instrução Normativa da RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011;

9.4. A Contratada deverá contar com equipe técnica com expertise nas atividades previstas nos Artigos 808 a 810 do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009 e alterações - Regulamentação das Atividades Relacionadas ao Despacho Aduaneiro e Do Despachante Aduaneiro;

9.5. A Contratada deverá possuir estrutura própria para elaboração de documentos como declaração de importação, licença de importação, declaração de trânsito aduaneiro, declaração simplificada de importação, registro de exportação, declaração de exportação, entre outros, independentemente da quantidade de produtos;

9.6. A Contratada deverá ter como atividade principal ou secundária um dos seguintes CNAEs: **5250-8/01-Comissaria de Despachos; ou 5250-8/02 - Atividades de Despachantes Aduaneiros.**

10. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

10.1. Após envio da autorização de embarque para a prestadora de serviços contratada, essa deverá entrar em contato com o representante exportador para passar as instruções de embarque e acompanhar a previsão do mesmo, visto que o agenciamento de cargas e o transporte aéreo deverão ser feitos após a disponibilização da mercadoria. Cada exportador define em proforma esse tempo variando de 45 dias a 180 dias e excepcionalmente até 360 dias para fabricação do produto e disponibilização da mercadoria.



10.2. O desembaraço aduaneiro e a retirada da mercadoria do armazém do aeroporto no Brasil deverão ser feitos dentro dos dois primeiros dias para que o valor seja o mínimo a ser pago, exceto em casos excepcionais onde a fiscalização exige documentos extras aos previstos na legislação para liberação de mercadoria.

10.3. Após desembaraço e retirada do aeroporto as mercadorias deverão ser despachadas para a UEL imediatamente ou armazenadas em lugar seguro sem custo para a UEL, sob a responsabilidade financeira dos danos a cargo do prestador de serviços contratado.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE (no que couber):

11.1 Obrigações do Contratado:

11.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

11.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

11.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

11.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

11.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

11.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

11.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

11.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

11.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

11.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

11.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

11.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

11.1.17.1 qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

11.1.17.2 superveniências de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.17.3 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;



11.1.17.4 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
11.1.17.5 impedimentos de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

11.1.20 Garantir ao contratante:

11.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

11.1.21 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes obrigações da CONTRATADA:

11.1.21.1 executar todos os serviços nas condições estabelecidas bem como todas as especificações contidas como atribuições constantes neste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.1.21.2 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço;

11.1.21.3 responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos decorrentes, bem como arcar com os encargos trabalhistas, securitários e outros de qualquer natureza, diretos e indiretos, relativos à mão de obra utilizada na execução do objeto contratado, bem como todas as despesas decorrentes da prestação de serviços de desembaraço correrão por conta da CONTRATADA e as despesas que são de responsabilidade da CONTRATANTE serão reembolsadas quando da entrega dos objetos, documentos ou equipamentos desembaraçados, bem como, apresentação da fatura relativa às despesas, a qual deverá estar acompanhada de todos os comprovantes de pagamento que por ventura tenham sido realizados, na forma de Nota(s) Fiscal(is);

11.1.21.4. não será admitida a realização de desembaraço de remessa que não seja explicitamente destinada à CONTRATANTE, tendo como destinatária a Universidade Estadual de Londrina - Paraná. Caso seja constatado que alguma remessa, destinada à CONTRATANTE tenha sido remetida para destinatário diferente, ou em nome de algum Dirigente, Funcionário ou Setor, fica expressamente proibido o desembaraço da remessa, salvo se autorizado formalmente pela autoridade competente, representante da Autarquia Estadual;

11.1.21.5. realizar todos os credenciamentos necessários junto aos órgãos oficiais com vistas à perfeita realização dos serviços;

11.1.21.6. informar formalmente à CONTRATANTE sobre as providências pertinentes ao credenciamento as quais sejam necessárias à perfeita execução dos serviços;

11.1.21.7. emitir mensalmente relatório circunstanciado, informando à CONTRATANTE a situação em que se encontra(m) a(s) remessa(s) em procedimento de desembaraço, quando houver;

11.1.21.8. executar os serviços de acordo com as especificações constantes de sua proposta, obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas no Edital, Anexos e Contrato de prestação de serviços;

11.1.21.9. possuir estrutura logística de armazenamento e transporte (própria ou terceirizada), bem como a respectiva autorização da ANVISA (em nome da licitante ou da terceirizada) para armazenagem e transporte de produtos utilizados na área de saúde;

11.1.21.10. atuar como agente embarcador ou contratar empresa terceirizada para a captação de cargas em qualquer parte do mundo, assumindo total responsabilidade por toda a documentação e trâmites legais necessários para o trânsito e transporte de carga;

11.1.21.11. registrar as LI(s) em no **máximo 2 (dois) dias úteis**;

11.1.21.12. promover o desembaraço aduaneiro em todos os portos ou aeroportos do território nacional,



providenciado às suas expensas todos os expedientes e pagamentos que o preço proposto contemplar referentes à taxa de SISCOMEX (ou outro órgão que venha a substituí-lo), fretes internacionais e nacionais, taxas de armazenagem e capatazias, contratação de seguro internacional e nacional por conta do prestador;

11.1.21.13. conferir e encerrar o processo de desembaraço, acompanhado de comprovante de importação, declarações de importações e respectivas adições e demais documentos do despacho realizado;

11.1.21.14. acompanhar vistorias das mercadorias e providências relativas às respectivas faturas, em articulação com a CONTRATANTE e com as seguradoras e seus vistoriadores;

11.1.21.15. Em cada processo de importação a CONTRATADA deverá fazer três orçamentos detalhados de companhia aérea e do agente de cargas, para fins de comprovar a compatibilidade com os preços praticados no mercado, devendo enviá-los à CONTRATANTE juntamente com as prestações de contas pertinentes.

11.1.21.16. apresentar à CONTRATADA, após o desembaraço efetivamente realizado, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação, comprovando todas as despesas em documentos originais (faturas, C.I, D.I e respectivas adições, notas fiscais, recibos etc.), constando o detalhamento das despesas;

11.1.21.17. Efetuar gestão junto às Delegacias da Receita Federal no sentido de viabilizar, caso ocorra motivo para a devolução dos equipamentos, materiais e produtos, entregues em desconformidade com a Proforma Invoice, ou substituição, no período de garantia, por apresentarem defeitos não recuperáveis, tudo em conformidade com a legislação pertinente;

11.1.21.18. Representar a CONTRATANTE junto às delegacias, inspetorias, SISCOMEX, postos da Receita Federal, Companhia Docas, Companhia de Aviação e Seguradoras por onde o processo físico de importação e exportação transitar, a fim de obter o respectivo desembaraço alfandegário.

11.1.21.19. Providenciar o desembaraço aduaneiro, mediante autorização prévia, por escrito, expedida pela CONTRATANTE, providenciando todo o expediente e termos de responsabilidade, pagamento de fretes marítimos, aéreos e terrestres, taxas, impostos, armazenagens e outras despesas acessórias da importação, porventura existentes.

11.1.21.20. promover a fatura de serviços efetivamente realizados, ficando vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados;

11.1.21.21. prestar orientação, indicando procedimentos necessários a assuntos relacionados aos despachos e desembaraços aduaneiros para importação e exportação;

11.1.21.22. operar diretamente nas importações e exportações realizadas através do Aeroporto Internacional Afonso Pena em São José dos Pinhais-PR. Se, via marítimo, no porto de Paranaguá-PR;

11.1.21.23. preparar e registrar o Licenciamento de Importação (LI);

11.1.21.24. promover a classificação fiscal;

11.1.21.25. acompanhar os processos de deferimento destes licenciamentos junto ao CNPq, DECEX, M.S/ANVISA;

11.1.21.26. receber documentos de empresas transportadoras, órgãos públicos e cartórios;

11.1.21.27. preencher Declaração de Importação (D.I) e declaração complementar de importação, termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos;

11.1.21.28. inspecionar técnica e administrativamente as mercadorias desembaraçadas comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer eventualidade;

11.1.21.29. providenciar a inspeção, certificado de vistoria e medidas de proteção e segurança, para os materiais porventura retidos;

11.1.21.30. efetuar diligenciamento do despacho alfandegário, de forma a ter sua efetivação dentro do primeiro período de armazenagem, bem como informar à CONTRATANTE os passos dos processos de desembaraço;

11.1.21.31. efetuar o acompanhamento dos produtos perecíveis, armazenados no aeroporto/porto de destino mantendo-os em perfeitas condições de conservação, até sua chegada no almoxarifado da CONTRATANTE;

11.1.21.32. observar prazos legais para diligências necessárias ao desembaraço alfandegário;

11.1.21.33. emitir Declaração de Importação para liberações bem como isenções da Lei 8.010/90.

11.1.21.34. encerrar o processo de desembaraço, com a entrega de faturas acompanhadas de comprovantes e demais documentos do despacho realizado;

11.1.21.35. efetuar a guarda dos produtos desembaraçados em armazém de propriedade ou de empresa terceirizada, sob a posse da CONTRATADA, sempre que solicitado;

11.1.21.36. tomar providências quanto à isenção da Taxa de Renovação na Marinha Mercante (AFRMM), através de ofício a ser solicitado à CONTRATANTE/UEL e por ela emitido, se necessário;

11.1.21.37. providenciar o registro da CONTRATANTE em todos os órgãos competentes para execução do



processo aduaneiro;

11.1.21.38. providenciar e enviar para a CONTRATANTE a Guia de ICMS para fins de exoneração;

11.1.21.39. Observar e cumprir toda a legislação e procedimentos relativos aos serviços de despachante aduaneiro.

11.1.21.40. As especificações das obrigações a serem adimplidas pelo contratado constam no instrumento contratual a ser firmado.

11.1.21.41. DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO: Serviço especializado de desembaraço aduaneiro de bens, na importação e exportação, nos regimes e locais abaixo relacionados:

11.1.21.41.1 Serviços a serem prestados:

11.1.21.41.1.1. Importação Normal;

11.1.21.41.1.2. Importação sob Regime Especial de Admissão Temporária;

11.1.21.41.1.3 Reimportação de bens exportados sob Regime Temporário;

11.1.21.41.1.4. Nacionalização de bens admitidos temporariamente;

11.1.21.41.1.5. Exportação normal;

11.1.21.41.1.6. Exportação sob Regime Temporário;

11.1.21.41.1.7. Reexportação de bens admitidos temporariamente;

11.1.21.41.1.8. Bagagem Acompanhada;

11.1.21.41.2. Analisar as faturas proformas recebidas da UEL, obedecendo aos prazos especificados. No caso de divergências documentais, a Contratada deverá contatar o exportador/representante para providenciar as devidas correções até que a documentação esteja em conformidade. Apenas a UEL poderá Autorizar o Embarque. Sendo assim, a contratada deverá promover, dentro dos prazos especificados pelo importador, a retirada para embarque ou o embarque da carga propriamente dito, conforme especificações técnicas e comerciais previamente acordadas entre o exportador e o importador, com o menor custo logístico possível para o importador;

11.1.21.41.3. Solicitar as licenças de importação junto aos órgãos anuentes (CNPQ, ANVISA, MAPA, DECEX, Ministério do Exército, Polícia Federal etc.) **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** contados da data do envio dos documentos por parte da UEL;

11.1.21.41.4. Acompanhar os processos de deferimento destes licenciamentos junto aos órgãos anuentes (CNPQ, ANVISA, MAPA, DECEX, Ministério do Exército, Polícia Federal, etc.);

11.1.21.41.5. Providenciar a Declaração de Importação (DI) e declaração complementar de importação, termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos, bem como observar as isenções da Lei Federal nº 8.010/90;

11.1.21.41.6. Proceder com a liberação alfandegária das mercadorias destinadas à UEL, praticando todos os atos necessários à referida liberação, tais como: licenciamento prévio no SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), procedimentos administrativos junto a órgãos anuentes, preparo e registro da Declaração de Importação (DI), do Registro de Exportação (RE), da Declaração de Exportação (DDE) e acompanhamento dos processos de desembaraço junto às inspetorias da alfândega no aeroporto e porto com o fito de obter a correspondente imunidade tributária e isenções de impostos e taxas, dentre outras atividades rotineiras pertinentes ao processo de desembaraço. Caso a classificação for incorreta a CONTRATADA será responsável pela multa a ser gerada;

11.1.21.41.7. Concluir o processo de liberação alfandegária aérea **dentro do prazo máximo de 4 (quatro) dias corridos** contados a partir da data da atracação da aeronave, salvo por motivos de força maior, devidamente justificado;

11.1.21.41.8. Concluir o processo de liberação alfandegária marítima dentro do **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir da data da atracação da embarcação no porto de Paranaguá PR, salvo por motivos de força maior, devidamente justificado;

11.1.21.41.9. Nos casos de Remoção da carga da Zona Primária para a Zona Secundária o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para o registro da DI/DSI, junto ao SISCOMEX, será contado a partir da efetivação da remoção ou da presença de carga efetuada pela Receita Federal do Brasil;

11.1.21.41.10. Providenciar o preenchimento em formulário próprio e a respectiva exoneração do ICMS junto à Receita Estadual na jurisdição da UEL;

11.1.21.41.11. Providenciar o registro da respectiva Declaração de Despacho de Exportação - DDE, junto ao SISCOMEX, a partir da autorização emitida pela UEL;

11.1.21.41.12. As cargas desembaraçadas serão transportadas e entregues ao destino (UEL) pela CONTRATADA seja transporte próprio ou terceirizado;

11.1.21.41.12.1. Transportar as mercadorias via terrestre, com seguro, em veículos em bom estado de conservação, apropriados para cada tipo de material importado, com eficiência e controle;

11.1.21.41.13. Regularizar pendências junto aos órgãos anuentes, normativos e fiscalizadores do comércio internacional;

11.1.21.41.14. Efetuar os pagamentos com autorizações ou deferimentos de licenças de importação junto aos órgãos anuentes, os quais a UEL não usufrui de isenção de taxas de licenciamento. As despesas serão ressarcidas pela UEL mediante apresentação dos respectivos comprovantes por parte da CONTRATADA. Para os casos em que a UEL goze de isenção junto aos órgãos anuentes, não será ressarcida qualquer despesa à CONTRATADA;

11.1.21.41.15. O valor unitário/por processo a ser pago para o serviço de desembaraço aduaneiro inclui todos os custos necessários para o atendimento do desembaraço aduaneiro bem como impostos e taxas previstas em lei, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de responsabilidade civil, Licença de Importação, SDA Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, lucro da empresa e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o objeto;

11.1.21.41.16. Caberá a contratada a responsabilidade do pagamento dos honorários profissionais dos despachantes aduaneiros pessoas físicas e intervenientes nos processos de importação ou exportação, na forma do estabelecido no artigo 5º, §2º, do Decreto-lei nº 2.472 de 1988, observando o estabelecido na legislação referente a retenção do imposto de renda;

11.1.21.41.17. Nos casos excepcionais em que for solicitado serviço de exportação, a CONTRATADA deverá:

11.1.21.41.17.1. Providenciar o cumprimento de todas as exigências legais (procedimentos e documentos) pertinentes ao embarque, incluindo os registros necessários no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX);

11.1.21.41.17.2. Informar a UEL sobre a data e o local de entrega da carga, a qual fará a entrega do material à CONTRATANTE para que esta possa providenciar a entrega da carga para embarque;

11.1.21.41.17.3. A cada desembaraço, executar diretamente, em nome da UEL toda e qualquer providência necessária à exportação desejada (temporária ou não), à nacionalização de produtos importados ou ainda à sua admissão temporária quando for o caso. Dentro dessas providências, **destacam-se:**

11.1.21.41.17.3.1. Acompanhamento dos registros de informações no MANTRA E SISCOMEX;

11.1.21.41.17.3.2. Preenchimento ou emissão de todo e qualquer documento exigido pela autoridade competente, seguido de assinatura em nome da UEL em todas as situações em que não haja impedimento legal para tal procedimento. Esta disposição aplicar-se-á tanto a documentos exigidos para o desembaraço alfandegário quanto a outros documentos que devam ser entregues após o desembaraço em datas ou periodicidade estipuladas por autoridade competente;

11.1.21.41.18. Conferência das mercadorias a serem nacionalizadas e/ou exportadas no recinto alfandegário, certificando-se de que correspondem ao constante na Fatura e no Conhecimento de Transporte respectivo e comunicar, imediatamente, à UEL se constatar indícios de avarias antes da efetivação do desembaraço aduaneiro, sendo de sua inteira responsabilidade a não comunicação a UEL;

11.1.21.41.19. Encaminhar à UEL os documentos resultantes dos desembaraços aduaneiros, originais ou suas cópias, dependendo do que for aplicável;

11.1.21.41.20. Presenciar a conferência aduaneira dos bens, verificar sua integridade física e requerer vistoria, quando necessário;

11.1.21.41.21. Fornecer à UEL todos os elementos, documentos etc., para eventuais defesas, reclamações e outras providências que se fizerem necessárias, bem como receber notificações, intimações e providenciar o necessário para o atendimento delas;

11.1.21.41.22. Dar entrada e acompanhar toda tramitação dos processos, junto às repartições intervenientes; preparar; emitir e subscrever declaração de importação e demais documentos necessários aos desembaraços aduaneiros;

11.1.21.41.23. Rígido acompanhamento e controle dos processos em Regime de Admissão Temporária, constituindo de: Controle de seus vencimentos, preparação da documentação necessária para solicitações de prorrogação de prazo, Reexportação, Nacionalização e baixa de Termos de Responsabilidade;

11.1.21.41.24. A liberação alfandegária, dos bens importados e/ou exportados, deverá ser realizada durante o primeiro período de armazenagem, e caso não seja possível, deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA;

11.1.21.41.25. Após o desembaraço efetivamente realizado, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação/Exportação, **em até 10 (dez dias)** comprovando-se todas as despesas com documentos originais (Faturas, CI, Declaração de Importação, Notas Fiscais, Recibos, Invoice Assinada, HAWB, etc.) constando o detalhamento das despesas, inclusive indicando a taxa da moeda estrangeira utilizada para efetuar o pagamento do frete ao exterior e a



imediate restituição de numerários, previamente creditados por estimativa, que ultrapassem as despesas efetivamente realizadas;

11.1.21.41.26. A CONTRATADA será fiel depositária dos recursos destinados pela contratante para os pagamentos das despesas acessórias da Importação/Exportação, tais como frete internacional, frete interno, seguros, taxas de armazenamento, SISCOMEX, capatazia, entre outras;

11.1.21.41.27. Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente realizados, fica vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados.

11.1.21.42. DO AGENCIAMENTO DE CARGAS INTERNACIONAIS: Serviço especializado de agenciamento de cargas aéreas e/ou marítimas, na importação e exportação, procedentes e destinadas a aeroportos e portos de qualquer ponto do exterior. **Ao tratar do agenciamento de tais cargas internacionais deverá a CONTRATADA:**

11.1.21.42.1. Receber via correio eletrônico da UEL, a documentação referente ao processo de importação, exportação ou admissão temporária e efetuar a abertura do processo providenciando todo o expediente e termos de responsabilidade, assumindo total responsabilidade por toda a documentação e trâmites legais necessários para o trânsito e transporte de carga;

11.1.21.42.2. Receber os bens a importar ou exportar nos aeroportos e portos internacionais ou em outros locais indicados pela UEL;

11.1.21.42.3. Emitir os respectivos conhecimentos de transportes Internacionais com a descrição correta dos materiais a serem transportados de acordo com as tarifas aéreas e marítimas acordadas, assim como respectivas taxas e sobretaxas;

11.1.21.42.4. Conferir as mercadorias a serem embarcadas, confrontando a fatura proforma com a fatura comercial e o *packinglist* do exportador. Não será permitido o embarque de mercadorias sem a conferência deles. Na hipótese de haver discrepâncias entre os documentos, o embarque permanecerá suspenso até que a situação documental da carga seja regularizada pelo exportador ou o responsável pela discrepância. Não será permitido o embarque parcial de mercadorias;

11.1.21.42.5. Atender a todas as exigências legais (procedimentos, documentos, etc.) para o livre trânsito da mercadoria no país de origem e sua respectiva entrada no Brasil, de acordo com a legislação em vigor, observando as particularidades dos termos constantes do pedido de compra (*PurchaseOrder*), especialmente os termos internacionais de comércio internacional, *Incoterms*, publicados pela Câmara Internacional de Comércio, versão 2010, os prazos de embarque, as instruções técnicas específicas quanto à natureza das cargas, as modalidades e prazos de pagamento, dentre outras particularidades relevantes;

11.1.21.42.6. Promover e agilizar vistoria, identificação e até mesmo a segregação de cargas com características peculiares (perecível, perigosa etc.) oferecendo o tratamento necessário para a manutenção da sua integridade;

11.1.21.42.7. Providenciar movimentação e guarda das cargas de acordo com a modalidade contratada pela UEL, respeitando os *Incoterms* versão 2020, otimizando as operações e minimizando custos com armazenagem, manuseio e transporte;

11.1.21.42.8. Priorizar o embarque de produtos classificados como perecíveis;

11.1.21.42.9. Manter agentes ou representantes conveniados nos principais centros internacionais (EUA, Europa e Ásia). A comprovação de agentes ou representantes nas localidades citadas dar-se-á mediante apresentação de lista de agentes ou representantes conveniados;

11.1.21.42.10. Caso venha ocorrer embarque em aeroporto de país onde a CONTRATADA não possua agente embarcador, a mesma deverá designar um agente num **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da autorização de embarque emitida pela UEL;

11.1.21.42.11. Providenciar a guarda de equipamentos e outros materiais que, embora prontos para embarque, por quaisquer razões técnicas não possam ser embarcados imediatamente para o Brasil, permanecendo por conta da CONTRATADA toda e qualquer responsabilidade inerente a esses casos específicos. O agente transportador deverá possuir condições de receber e armazenar cargas perecíveis que necessitem de reposição de gelo seco e conservação em temperaturas específicas, assim como cargas perigosas;

11.1.21.42.12. Providenciar a reposição de gelo seco para cargas perecíveis sempre que houver necessidade;

11.1.21.42.13. Providenciar os embarques de cargas no Exterior, quando se tratar de *importação*, atendendo o prazo estipulado, consolidadas ou não, de forma a dar total segurança aos bens e/ou materiais;

11.1.21.42.14. Providenciar os embarques de cargas para o Exterior, quando se tratar de *exportação*, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, consolidada ou não, de forma a dar total segurança aos bens, bem como informar a chegada da carga ao consignatário no Exterior;

11.1.21.42.15. Atuar junto à Delegacia da Receita Federal no sentido de viabilizar, caso ocorra motivo para



devolução dos equipamentos, materiais e produtos entregues em desconformidade da Proforma Invoice, ou substituição, no período de garantia, ou apresentação de defeitos não recuperáveis, tudo em conformidade com a legislação pertinente;

11.1.21.42.16. Enviar a UEL, **no prazo de 03 (três) dias antes do embarque**, cópias dos documentos (fatura comercial, romaneio de carga ou *packinglist*, conhecimento aéreo ou marítimo, certificado de análise, certificado de fumigação e outros documentos comerciais e técnicos), bem como informar o nº do voo, data de embarque, nome do navio e data prevista de chegada ao Brasil, mantendo a UEL informada de todos os assuntos relacionados aos embarques/desembarques das mercadorias. A UEL não poderá ser onerada em caso de multa, por erros ou falta de documentos no desembaraço alfandegário;

11.1.21.42.17. Garantir que os contêineres utilizados seguirão os padrões da *Internacional Standard Organization – ISO*, sendo a CONTRATADA responsável, pela total integridade dos bens por ela transportados;

11.1.21.42.18. Instruir e assessorar os fornecedores estrangeiros na emissão dos documentos de embarque, de acordo com as exigências da legislação brasileira;

11.1.21.42.19. Verificar a adequabilidade e as condições gerais das embalagens no momento do seu recebimento e/ou coleta, sendo responsabilidade da CONTRATADA quaisquer avarias, ou se há necessidade de sua substituição durante o manuseio e transporte dos equipamentos importados/exportados, para garantir a integridade física e a prestabilidade dos equipamentos;

11.1.21.42.20. As importações aéreas destinadas à UEL serão cursadas na modalidade FCA (Free Carrier, ou seja, Livre Transportador) ou EXW (*Ex Works, ou seja, a mercadoria é entregue ao comprador no estabelecimento do vendedor*), ou outro dependendo da necessidade de acordo com o *Incoterms* versão 2020, publicação da Câmara Internacional de Comércio;

11.1.21.42.21. As taxas cobradas pelas companhias aéreas, como por exemplo, *fuelsurcharge* (sobretaxa de combustível), *securityfee* (taxa de segurança), *handling* (manuseio da carga), *pick-up* (taxa de coleta) dentre outras que possam incorrer no embarque aéreo, serão integralmente pagas ao agente de carga no destino, mediante inclusão do valor no conhecimento de embarque aéreo e na fatura de serviços;

11.1.21.42.22. As importações marítimas destinadas a UEL serão obrigatoriamente embarcadas na condição FOB porto de Paranaguá (*FreeOn Board, ou seja, Livre a bordo - porto de embarque designado*), de acordo com o *Incoterms* versão 2020, publicação da Câmara Internacional de Comércio;

11.1.21.42.23. **Manter os produtos desembaraçados em armazém, de propriedade da CONTRATADA ou terceirizada, sem custo para UEL, até a sua liberação para transporte até o local de destino informado pela Universidade Estadual de Londrina-UEL;**

11.1.21.42.23.1. **A armazenagem de material da área da saúde deverá ser realizada por empresa que possua autorização da ANVISA, para o armazenamento desses materiais;**

11.1.21.42.24. Informar imediatamente a CONTRATANTE a chegada dos produtos nos armazéns da INFRAERO, bem como qualquer eventualidade;

11.1.21.42.25. Gerenciamento, acompanhamento e controle dos processos de importação e exportação da UEL, nos diversos regimes aduaneiros existentes;

11.1.21.42.26. Confecção das planilhas estimativas de custos das despesas de importação e exportação, com base nas informações das *Proformas Invoices*, de todas as despesas fiscais, portuárias, alfandegárias, fretes e seguros internacionais e outros pertinentes e necessários ao desembaraço de mercadorias de interesse da UEL;

11.1.21.42.26.1. Indicar o valor da taxa da moeda estrangeira utilizada no momento do orçamento para a estimativa do frete internacional;

11.1.21.42.27. Tradução dos itens da *Proforma Invoice* dos materiais a serem importados;

11.1.21.42.28. Análise e classificação aduaneira e tarifária dos itens a serem importados e ou exportados, em estrita concordância com a legislação aduaneira vigente e respeitando a Tarifa Externa Comum – TEC e suas atualizações;

11.1.21.42.29. Análise e preparação de toda a documentação legal exigida nos processos de importação e exportação;

11.1.21.42.30. Providências para a obtenção das Licenças de Importação – LI´s e dos Registros de Exportação – RE´s, junto ao Ministério da Fazenda, incluindo o preenchimento, registro, acompanhamento do deferimento, nos órgãos anuentes tais como: CNPq, DECEX, ANVISA etc. e a emissão de LI´s e RE´s substitutivos, quando exigidos;

11.1.21.42.31. Acompanhamento do desembaraço aduaneiro do transporte rodoviário interno e do transporte internacional aéreo e/ou marítimo, de todos os processos de Importação e exportação, desde sua origem até a entrega no destino, mantendo guardado nos respectivos processos de importação e/ou exportação toda a documentação que comprove a finalização dos respectivos processos;



11.1.21.42.32. Rigoroso acompanhamento e controle dos processos, junto ao Despachante Aduaneiro, de Admissão e Exportação Temporária, constituindo de: Controle de seus vencimentos, preparação da documentação necessária para solicitações de prorrogação de prazo, Reexportação, Nacionalização e baixa de Termos de Responsabilidade;

11.1.21.42.33. Acompanhamento das publicações das Legislações sobre Comércio Exterior, incluindo SISCOMEX, jurisprudências relativas às classificações de bens, alíquotas, taxas de câmbio etc.;

11.1.21.42.34. Acompanhamento das publicações do Banco Central, incluindo suas rotinas e alterações;

11.1.21.42.35. Acompanhamento de boletins mensais de publicações sobre Comércio Exterior;

11.1.21.42.36. Acompanhamento em vistorias das mercadorias e providências relativas às respectivas faturas, em articulação com a CONTRATANTE, com as seguradoras e seus vistoriadores;

11.1.21.42.37. Promover consultas junto aos órgãos competentes sobre a classificação fiscal de mercadorias (NCM) de acordo com o Sistema Harmonizado;

11.1.21.43. DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO - Serviço de transporte rodoviário de mercadorias importadas ou a exportar.

11.1.21.43.1. Principais Trajetos – Aeroporto Internacional Afonso Pena, São José dos Pinhais/PR e Porto de Paranaguá até da UEL Campus Universitário e *excepcionalmente podem ocorrer entregas no Hospital Universitário da UEL*;

11.1.21.43.2. Transportar as mercadorias importadas ou a exportar pela UEL, atendendo aos percursos discriminados no item acima, ou outros previamente indicados pela UEL após apresentar três cotações e esta for aprovada pela UEL;

11.1.21.43.3. Utilizar-se de veículos adequados para a execução dos serviços, de forma a dar total segurança às mercadorias, mantendo-as protegidas de chuva e outras intempéries;

11.1.21.43.4. Providenciar o encaminhamento do material importado à CONTRATANTE, via transporte rodoviário, com seguro, em veículo apropriado para cada tipo de material;

11.1.21.43.5. Providenciar para que as mercadorias liberadas nos aeroportos, portos e EADI's sejam entregues nos locais estabelecidos pela UEL em até 72 (setenta e duas) horas, após a sua liberação, acompanhadas da Declaração de Importação, cópia da invoice e Packinglist;

11.1.21.43.5.1. No caso de material médico-hospitalar, o transporte deverá ser realizado em veículos autorizados pela ANVISA;

11.1.21.43.6. Apresentar suporte/estrutura disponíveis nos aeroportos Internacionais acima, bem como na zona secundária para realização do objeto contratado;

11.1.21.43.7. Providenciar, a remoção de bens da zona primária para a zona secundária dentro do prazo estipulado pela Receita Federal – (DTA e DTA-E's);

11.1.21.43.8. Efetuar a conferência das mercadorias nacionalizadas e a serem retiradas do recinto alfandegário, certificando-se de que correspondem ao constante na Fatura e Conhecimento de Transporte respectivo e comunicar imediatamente a UEL se há indícios de avarias, sendo a CONTRATADA responsável, em caso de sinistro;

11.1.21.44. DO SEGURO - A CONTRATADA deverá providenciar seguro para todas as cargas internacionais, do ponto de origem (exterior) até o destino, exceto em casos CIF se a UEL dispensar esta contratação.

11.1.21.45 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

11.1.21.45.1. Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital;

11.1.21.45.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

11.1.21.45.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da UEL ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.1.21.45.4. Manter, durante o período de vigência do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Pregão, em especial no que tange à regularidade fiscal, trabalhista e capacidade técnico-operacional;

11.1.21.45.5. Justificar a UEL eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

11.1.21.45.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente;

11.1.21.45.7. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as



ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;

11.1.21.45.8. Dispor de capacidade técnica para a realização de todos os serviços credenciados pela pessoa jurídica;

11.1.21.45.9. Após o desembaraço efetivamente realizado, a CONTRATADA deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de Importação/Exportação, **em até 10 (dez dias)** comprovando-se todas as despesas com documentos originais (Faturas, CI, Declaração de Importação, Notas Fiscais, Recibos, Invoice Assinada, HAWB, etc.) constando o detalhamento das despesas, inclusive indicando a taxa da moeda estrangeira utilizada para efetuar o pagamento do frete ao exterior e a imediata restituição de numerários, previamente creditados por estimativa, que ultrapassem as despesas efetivamente realizadas.

11.2. São obrigações do Contratante:

11.2.1. receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

11.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

11.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

11.2.4. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

11.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

11.2.6. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

11.2.7. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

11.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

11.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

11.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11.2.11. exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor responsável pelo Setor de Importação da CONTRATANTE;

11.2.12. efetuar o pagamento dos honorários e demais despesas relativas ao processo de importação e exportação após a efetivação e finalização dele;

11.2.13. aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;

11.2.14. comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução do serviço contratado;

11.2.15. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 o objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviços especializados de despacho e desembaraço aduaneiro, vinculados a procedimentos regulados por normas específicas do comércio exterior, os quais estão claramente delimitados no contrato administrativo a ser firmado. Trata-se de atividades executadas sob demanda e em conformidade com os requisitos estabelecidos pelos órgãos anuentes, bem como com a legislação aduaneira vigente, não havendo margem significativa para inadimplemento ou risco técnico relevante que justifique a exigência de garantia contratual. Ademais, os pagamentos decorrentes da execução contratual, tais como taxas, tributos, seguros, armazenagens, fretes internacionais e nacionais, serão realizados por meio de ressarcimento de despesas comprovadamente efetuadas pelo contratado, conforme previsto no instrumento convocatório e no contrato, o que reduz substancialmente os riscos financeiros à Administração Pública. Diante dessas particularidades,

entendemos que a exigência de garantia contratual é desnecessária, por não trazer benefícios adicionais à Administração, tampouco à segurança da execução contratual, respeitando-se, assim, os princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade que regem as contratações públicas.

13. FORMA DE PAGAMENTO:

13.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a **30 (trinta) dias** contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

13.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

13.4 O prazo estabelecido no **item 13.1** ficará suspenso na hipótese prevista no **item 11.4.1 das Condições Gerais do Pregão**.

13.5 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

13.6. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

13.7. Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

13.8. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

13.9. O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por que razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n. 001/2019-DTE/SEFA.

13.10. As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

13.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

**I = (6/100)
365**

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13.12 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

13.13 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

14. DO REAJUSTAMENTO:

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

14.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

14.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

14.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

14.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

15.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

16.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

16.1.2 mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

16.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

16.2 A alteração subjetiva a que se refere o **item 16.1** deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

17. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

17.1 O(s) serviço(s) terá(ão) início em 1 (um) dia após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Contratação, emitida pelo CONTRATANTE, ocasião a partir da qual começará a contagem dos prazos estabelecidos neste termo;

17.2 Os serviços serão prestados na UEL/PROAF-Diretoria de Material, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

17.3 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.3.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

17.4 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

17.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



17.5.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo XI**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

18.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

18.2.1. prestação do serviço no prazo estipulado contratualmente;

18.2.2. atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato.

19. SUBCONTRATAÇÃO:

19.1 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste certame, exceto em relação aos serviços de armazenamento e transporte de produtos.

20. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro

2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

22.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 05 de maio de 2026.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

1810308 - ROSANA REIS / (PROAF-DM-DL) DIVISÃO DE LICITAÇÕES

1014917- JAIR MARCOS DA SILVA / (PROAF-DM-DAS) DIVISÃO DE SERVIÇOS E APOIO

Documento: **TR_PE_22_2026.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jair Marcos da Silva (XXX.626.119-XX)** em 05/05/2026 15:55 Local: UEL/PROAF/DM/DSA, **Rosana Reis (XXX.794.269-XX)** em 05/05/2026 16:24 Local: UEL/PROAF/DM/DL.

Inserido ao protocolo **25.714.061-0** por: **Jair Marcos da Silva** em: 05/05/2026 15:52.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: